

RECURSO ESPECIAL Nº 1.756.758 - SC (2018/0189356-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECORRIDO : R M
ADVOGADO : ROBSON TIBÚRCIO MINOTTO - SC016380A
INTERES. : INSTITUTO WILSON PICLER DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO GONGORA FERRAZ - PR037315
RAFAEL PORTO LOVATO - PR063597
RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO - PR036363
INTERES. : INSTITUTO DEHONIANO INTEGRADO DOS AMIGOS DA ANTENA - INSTITUTO AMEA
INTERES. : ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL CULTURAL ADESC
INTERES. : D M DE L D
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DESPACHO

Ao analisar o recurso especial, verifica-se que há discussão de matéria não afetada ao rito dos recursos repetitivos – **necessidade de verificar a possibilidade de imposição de outras medidas cautelares antes de decretar a indisponibilidade de bens** –, o que afasta a competência do Presidente do Superior Tribunal de Justiça para o seu julgamento, com base no art. 21-E, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, **determino a distribuição do feito.**

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente